

## **PRODUÇÃO ACADÊMICA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E RELAÇÕES ETNICORRACIAIS**

*Lilian Miranda Bastos Pacheco*- (Professora da Pós-Graduação em Desenho: Mestrado em Desenho Cultura e Interatividade da UEFS. E-mail: [dlp.ba@terra.com](mailto:dlp.ba@terra.com).)

*Suely dos Santos Souza*- (Pedagoga. Estudante do Mestrado em Educação (UEFS). E-mail: [mission.suely@hotmail.com](mailto:mission.suely@hotmail.com))

*Joíla Rodrigues de Lima* (Graduanda em Pedagogia. (UEFS). E-mail: [joilarodriguez@hotmail.com](mailto:joilarodriguez@hotmail.com))

### **RESUMO**

O presente trabalho é resultado da pesquisa “Formação de Professores e Relações Etnicorraciais na Educação Infantil”, que se configurou como uma das vertentes do Projeto de Pesquisa “Estado da Arte da Educação Infantil no Brasil de 1990-2003”. Na mesma, buscou-se identificar e analisar descritivamente as produções acadêmicas sobre a temática formação de professores e relações Etnicorraciais na área da Educação Infantil, no período de 1990 a 2003, em periódicos classificados pela QUALIS-CAPES, na área de Educação, ano base 2003, com conceito A, de circulação nacional. Os artigos são resultantes de revisões bibliográficas ou estudos empíricos. Todos os estudos reconhecem a importância da formação adequada do professor para tratar os aspectos relacionadas às questões Etnicorraciais na sala de aula.

**Palavras-chave:** Estado da Arte, formação de professores, relações etnicorracias.

### **ABSTRACT**

This study is the result of the research "Teacher Training and ethno-racial relationship in Early Childhood Education", which was configured as one of the aspects of the research Project "State of the Art in Early Childhood Education in Brazil from 1990-2003". At the same time, we tried to identify and analyze descriptively the academic productions on the subject teacher training and ethno-racial relationship in the area of Early Childhood Education, from 1990 to 2003, in journals ranked by QUALIS-CAPES, in the area of Education, year 2003, with the concept of national circulation. The articles are derived from literature reviews and empirical studies. All studies recognize the importance of appropriate training for teachers to deal with issues related to ethno-racial relationship in the classroom.

**Keywords:** State of the Art, teacher training and ethno-racial relationship

## **Introdução**

O presente trabalho é resultado do plano de trabalho, intitulado “Formação de Professores e Relações Etnicorraciais na Educação Infantil”, parte constituinte de uma pesquisa de Iniciação Científica, que fez parte do Projeto de Pesquisa “Estado da Arte da Educação Infantil no Brasil de 1990-2003”.

O projeto buscou identificar e analisar descritivamente as produções acadêmicas sobre a temática, “Formação de Professores e Relações Etnicorraciais” na área da Educação Infantil, no período de 1990 a 2003, divulgados em periódicos científicos de excelência. A fim de alcançar o objetivo proposto, buscou-se realizar uma pesquisa documental estruturada em três etapas: primeiramente definiu-se os periódicos que seriam utilizados. Para tanto se recorreu à avaliação, Qualis-Capes, ano base 2003, na área de Educação, e foram selecionados periódicos classificados como Nacional A, de acordo com o documento, Anexo C – Avaliação Final de Periódicos Científicos da Área de Educação, divulgado pela ANPED.

Após a localização dos mesmos, esquadrinhou-se, através, do título, palavras-chave, resumo ou leitura da introdução, os artigos pertinentes à área da Educação Infantil, utilizando os seguintes descritores: creche, pré-escola, educação infantil, 0 a 6 anos, criança, infância, tendo formação de professores e relações Etnicorraciais articulados a qualquer um desses. No caso dos artigos que não possuíam resumo ou palavras-chave observou-se ainda a introdução do texto.

As análises dos documentos indicaram que o ápice das publicações ocorreu no ano de 2003. Entre os autores há um predomínio do sexo feminino e os mesmos são professores ligados a programas de Pós-Graduação.

Os artigos são resultantes de revisões bibliográficas ou estudos empíricos, que tem como sujeitos as crianças, os adultos, ou fontes bibliográficas. Fundamentam-se na Psicologia, na Sociologia, na Filosofia ou na abordagem Sócio-cultural. Todos os estudos reconhecem a importância da formação adequada do professor para tratar com os aspectos relacionadas às questões Etnicorraciais na sala de aula.

## **Educação Infantil**

Ao longo de muitos séculos a educação das crianças pequenas era de inteira responsabilidade da família, que os ensinava o básico para ser integrado ao meio social.

De acordo com Oliveira (2002), somente com o desenvolvimento científico, a expansão comercial e as atividades artísticas é que surgiu uma nova visão sobre a criança e sua educação. Assim, foi a partir do advento da Revolução Industrial e da saída da mulher de casa para o mercado de trabalho que surgiram as creches e pré-escolas, com o objetivo de ensinar os bons hábitos, as regras morais e às vezes valores religiosos.

Em vários países europeus, nos séculos XVIII e XIX, o debate sobre escolaridade obrigatória teve ênfase, mostrando a importância da educação para o desenvolvimento social. Justamente nesse período, o jardim-de-infância foi trazido para o Brasil, sob a influência norte-americana e européia. Os primeiros jardins-de-infância criados no Brasil foram particulares, estando situado no Rio de Janeiro (1875) e São Paulo (1877), alguns anos mais tarde surgiram os jardins-de-infância públicos.

Segundo Oliveira (2002), com a consolidação da atividade industrial no Brasil as fábricas tiveram que contratar um número expressivo de mulheres. Estas por sua vez entregaram os cuidados dos seus filhos às “criadeiras”, ou seja, a mulheres que eram pagas para cuidar das crianças. Nesta época, contudo, muitas crianças morreram devido à falta de higiene e de condições materiais.

Depois de muitas lutas e reivindicações das trabalhadoras, alguns empresários, para reter a força de trabalho, fundaram creches e escolas maternas para os filhos dos operários. Com o passar do tempo, as reivindicações foram canalizadas e esses serviços passaram a ser de responsabilidade do Estado. Até a década de 50, as creches instaladas fora das fábricas, eram instituições filantrópicas laicas, que passaram a receber apoio financeiro do governo. Desta forma, o trabalho tinha caráter assistencial-protetor.

Na década de 70, a partir dos Estados Unidos e Europa difundiram-se algumas teorias, que afirmavam que as crianças das camadas sociais mais pobres sofriam privações culturais. Assim, depois de debates foram elaborados com o nome de

Educação Compensatória, propostas de trabalho para creches e pré-escolas que atendiam a estas crianças.

Com o fim do período militar, retomou-se a discussão sobre as funções da creche e da pré-escola e a elaboração de programas pedagógicos que buscavam romper com as concepções meramente assistencialistas ou compensatórias, propondo uma função pedagógica que enfatizasse o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças.

Através das lutas pela democratização da escola pública, na Constituição de 1988, a educação em creches e pré-escolas foi reconhecida como um direito da criança e um dever do estado. Entretanto, a creche ficou esquecida e mesmo tendo sido reconhecida como instituição educacional, permanecia a idéia de favor.

Na década de 90, alguns marcos em prol da Educação Infantil estiveram presentes. O primeiro foi o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que reafirmou os direitos já estipulados na Constituição de 1988 e o segundo foi em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil como etapa inicial da Educação Básica.

Além disso, no final do século XX, o Ministério da Educação e Cultura – MEC, pensando em uma nova concepção sobre o currículo, o desenvolvimento e a aprendizagem, criou o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI e o Conselho Nacional de Educação formulou as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil. (BRASIL, MEC, 1998)

Apesar de possuir um referencial próprio, as práticas didáticas utilizadas na Educação Infantil estavam ainda longe de representar transformações, as ações pedagógicas instituídas convivem com idéias utópicas que não se concretizam.

Hoje essa modalidade de educação é uma necessidade reconhecida principalmente pelos educadores. Eles estão de acordo ao afirmarem que a Educação Infantil se configura num período de notável potencial educativo, pelo qual devem passar todas as crianças menores de sete anos.

Segundo Dante (1996), a Educação Infantil deve ser entendida como o enriquecimento e coordenação do potencial e das experiências de aprendizagem das

crianças economicamente privilegiadas ou não, ou ainda, podem ser percebidos também, através do desenvolvimento de programas de educação compensatória e de estimulação para crianças que são carentes. A pré-escola é um estágio de fundamental importância, quando estruturada de forma adequada serve como instrumento poderoso para prevenir ou minimizar os problemas de repetência, de evasão e de adaptação.

O desempenho da criança nas primeiras séries e sua conseqüente permanência na escola dependerá de um trabalho longo e cauteloso de coordenação motora, de percepção visual e auditiva, de conhecimentos verbais para exercer a comunicação e a expressão, de atenção e capacidade de orientar por instruções, de atividades que exercitem o desenvolvimento do pensamento lógico, de atividades em grupo que visem à socialização e o desenvolvimento dos hábitos de higiene e saúde.

Consta no Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998) que este nível de escolarização tem como objetivo desenvolver habilidades e competências nas crianças, tais como atuar de forma equilibrada, quer como instituição de aprendizagem e ensino, procurando desenvolver a cognição de cada indivíduo em sua idade; quer como instituição social, suprimindo, tanto quanto possível, os mais variados tipos de carências que ela traz consigo para a escola.

É importante também, que ela estimule a curiosidade e a criatividade da criança, dando a oportunidade de descobertas e inovações, de preferência em um espaço rico em desafios, liberdade e questionamentos. Além do incentivo às atividades artísticas.

A escola deve estimular a autoconfiança e a autonomia da criança, dando importância tanto a elas quanto as suas atividades, pois é através destas que estes pequenos sujeitos construirão o seu pensamento lógico, sua organização social, moral e emocional. Por isso, se faz necessário um ambiente educativo que incentive a participação e cooperação das crianças entre si e com os adultos.

Hoje se defende o respeito à criança no que se refere às suas experiências prévias, à importância de não tratá-las como um adulto em miniatura e perceber que enquanto brinca, ela aprende. “Se a escola for um bom lugar para viver e participar, certamente será um bom lugar para aprender, para desenvolver-se como cidadão. Não podemos separar a escola da vida.” (DANTE, 1996, 15). Desse modo, a instituição

escolar precisa ser um lugar onde a criança pré-escolar, deverá agir e interagir, construir e reconstruir o seu conhecimento.

### **A Formação de Professores e as Relações Etnicorraciais**

Entre os temas que permeiam as discussões temáticas na Educação, as relações Etnicorraciais e a formação de professores ainda não era uma temática privilegiada. Esta discussão passou a ser foco de pesquisas com uma maior frequência a partir dos anos 90.

De acordo com Alves e Backes (1996), no início da década de 90, em virtude das diferenças presentes na escola, passaram a existir estudos que contemplam os aspectos culturais, raciais e étnicos. Apesar de que no interior da escola, questões raciais de cor, origem e costumes já existiam de forma camuflada, desencadeando conflitos entre as crianças, sendo que, na maioria das vezes, era ignorado pelo próprio professor da classe.

Segundo os autores supracitados, a busca pelo entendimento que possibilitasse explicar a postura exercida por esse profissional, permite inferir que o professor é um sujeito dotado de aspectos culturais e sociais, o qual recebe influências do meio em que vive. Estas, por vez, influenciam em seu processo de formação profissional. No entanto, quando o país em foco é o Brasil, passa a existir uma latente inquietação quanto ao tipo de instrução que este profissional irá receber, visto que, o país ainda é extremamente pautado sobre estereótipos inferiorizantes, preconceitos e discriminações acerca de alguns grupos “minoritários”.

Aquino, Cunha, Costa, Ribeiro (2005) alertam que crianças de idade pré-escolar se relacionam com a sua identidade racial no espaço escolar a partir da interação com diversos grupos sócio/étnico/raciais. As autoras constataram, a partir de um estudo de caso, que crianças negras eram excluídas disfarçadamente por colegas, professores e funcionários por causa da cor da pele. Entretanto, na fala das professoras, sujeitas da pesquisa, mostra que a discriminação não é exibida explicitamente, ou seja, há um falso

discurso de democracia racial que apela para a negação de situações de demonstração de preconceitos ligados a cor da pele da criança negra.

A discriminação disfarçada que ocorre no âmbito escolar, acaba gerando reflexos no desenvolvimento constitutivo das crianças envolvidas. Estudos feitos no campo das relações étnicorraciais (Pinto, 1999; Silva, 2001; Cavalleiro, 2003) salientam que essas crianças, ao serem expostas às situações de exclusão e associadas a estereótipos negativos entre colegas, passam a se tornarem introvertidas, como forma de não serem expostas ao ridículo. Enquanto que os profissionais se mostram ineficazes no combate ao racismo dentro da própria sala de aula em que atuam diariamente por, segundo eles, não identificarem ou encararem a realidade do preconceito e da exclusão racial como um fato real e presente.

Gomes (1996), mostra que o ambiente escolar de uma instituição de ensino é um local onde ocorre diversas relações. Por isso, por não ser neutro, exerce influência tanto intelectual quanto cidadã sobre o indivíduo que encontra-se inserido no mesmo, o qual afeta diretamente a formação da sua identidade. Por conseguinte, o fato de o tema da diversidade étnico-racial não ser abordado na sala de aula, acarreta na não-valorização da pessoa negra pela sociedade, contribuindo para que os alunos negros percebam as suas diferenças como aspectos negativos.

Levando em consideração que somos sujeitos inconclusos, capazes tanto de aprender quanto de optar por mudar de posturas por meio do conhecimento adquirido, Pahim (1999), buscou investigar de que forma o curso de formação de professores tem proporcionado, ao futuro professor, subsídios para interagir com um alunado que se diferencia nos aspectos Etnicorraciais. Observou que as instituições de ensino concebem o diálogo entre diversidade étnicorracial e educação, relacionando-os às concepções filosóficas e pedagógicas. No entanto abordar as diferenças Etnicorraciais não significa apenas falar sobre determinados conteúdos. Assim como apenas formar e conscientizar o professor não é o suficiente.

**Recorte da Produção Acadêmica (1990-2003): Formação de Professores e Relações Etnicorraciais.**

As publicações no campo da Educação Infantil, no período de 1990 a 2003, totalizam 183 artigos, entretanto apenas 05 artigos tratam da temática aqui em foco. Estas publicações foram localizadas apenas no periódico da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, uma publicação. No periódicos Pró-Posições, Perspectiva, Caderno Brasileiro de Ensino de Física; Educação, Caderno de Educação, Educar em Revista, Avaliação, Ensaio-Avaliação e Políticas Públicas em Educação nenhum artigo relacionando à temática Formação de Professores e Relações Etnorraciais foi encontrado. Os demais artigos, quatro publicações, foram encontrados nas Revistas de Série Monotemáticas, Em aberto e Cadernos Cedes. Na revista Em aberto, foram encontradas três publicações, já na revista Cadernos Cedes, foi identificada apenas uma publicação.

Das nove fontes bibliográficas consultadas o tema só aparece em um periódico e em duas revistas de séries monotemáticas, refletindo a necessidade de estudos acerca desta temática. Quanto ao recorte temporal de quatorze anos, observa-se que o ano de 2003 apresenta a maior concentração das publicações, três publicações no total.

A análise dos documentos mostra que os pesquisadores que trabalham com a temática, nos nove artigos, totalizam 05 autores, que publicaram artigos duas vezes, mas em periódicos diferentes, levando em conta o intervalo de tempo abordado na pesquisa (GUSMÃO, 1993; FERREIRA; BITTAR, 1999; GRUPIONI, 2003; D'ANGELIS, 2003; MINDLIN, 2003). Estes resultados evidenciam a falta de publicação sistemática dos autores nesta temática e um número pequeno de autores interessados no assunto.

Quanto a autoria múltipla, um artigo do periódico *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* se enquadra nesta categoria, são eles: Júnior e Bittar (1999). Esta dupla se caracteriza por serem professores da mesma instituição de ensino superior.

Do total de seis autores seis autores, foram encontrados três pesquisadores do sexo feminino e três do sexo masculino. No entanto, a área de estudos e pesquisas em Educação Infantil ainda é hegemonicamente feminina, comprovando a evidência já anunciada em outros trabalhos como Pacheco, Pereira, Santos (2007); Santos, Pereira, Amorim, Pacheco (2007); Pereira, Amorim, Santos, Pacheco (2007); Amorim, Pereira, Santos, Pacheco (2007); Pacheco, Trindade (2005).



Outro aspecto ponderado, na análise dos artigos, foi a profissão dos autores na época da publicação. Dos 05 autores, 90% deles eram professores e 10 % alunos de Pós-graduação. No entanto este não declarou o vínculo institucional.

No que diz respeito ao vínculo institucional dos autores dois pertenciam a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, uma da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo– PUC-SP, uma da Universidade de São Paulo – USP, um da Universidade de Campinas – UNICAMP.

As frequências de publicações por tipos de instituições às quais os autores estão vinculados são: 03 publicações de instituições públicas e uma de instituição confessional. Ao analisar os artigos não foi encontrada nenhuma produção de instituições particulares.

Nota-se uma predominância das publicações na Região Sudeste, que sozinha apresenta mais da metade da produção 90% (3) enquanto que a Região Sul apresenta 10% da produção (1). Em contrapartida, as Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste não apresentaram nenhum trabalho.

Após a análise dos artigos, estes foram agrupados de acordo com as temáticas de seus objetos de estudo: *práticas educacionais*, *proposta educacional*, *formação de professores e políticas públicas*. Observa-se que um mesmo texto poderia ter sido classificado em mais de uma categoria, entretanto, optou-se por classificar cada artigo apenas uma vez. Para tanto, foram consideradas as palavras-chave, o resumo e a leitura do texto completo.

A maioria dos estudos sobre formação de professores e relações Etnicorraciais se concentraram no ano de 2003 (GRUPIONI, 2003; D'ANGELIS, 2003; MINDLIN, 2003), com duas exceções (GUSMÃO, 1993; JÚNIOR E BITTAR, 1999).

Júnior e Bittar (1999) abordam no artigo localizado das *práticas educacionais* que os Jesuítas utilizavam para educar as crianças negras no Brasil Colônia. Para tanto realizaram uma pesquisa bibliografia fundamentada na análise de documentos oficiais, que datam do período da colonização do Brasil. Os autores realçam que as crianças negras eram filhos de escravos africanos nascidas nas fazendas de propriedade da

Companhia de Jesus. Neste ambiente, as crianças negras além de nascerem marcadas pelo jugo social da escravidão eram submetidas a um processo de aculturação gerada pela visão cristã de mundo.

Já Gusmão (1993) desempenhou uma pesquisa empírica com crianças e adultos que viviam na zona rural, Campinho/RJ. O estudo concluiu que se faz necessário refletir sobre as relações sociais no campo, visto que o negro camponês também é compelido, pelo sistema social que o insere, a ocultar elementos de sua cultura para revelar apenas o que é apropriado ao grupo dominante. Neste contexto, as crianças que fizeram parte se sentem excluídos ao vislumbrarem os marcadores étnicorracionais que lhes identificam sendo subjugados à condição de inferior dentro da complexa dinâmica do jogo social que faz parte como sujeito.

Quanto à *proposta educacional*, D`Angelis (2003) utilizou-se da revisão de literatura para subsidiar o levantamento de propostas para a formação de professores indígenas, partindo do pressuposto de que um professor no exercício da sua prática de ensino pode ser também um educador. No entanto um educador em seu sentido literal, não é um professor. Pois este, para atuar em sala de aula e/ou em programas de ensino precisam adquirir qualificação específica afim de que se tornem capazes de direcionar o processo pedagógico de construção do conhecimento de modo eficaz e significativo para o educando. Processo este que difere da transmissão mecânica do conhecimento. Assim, o autor defende que o professor indígena deve adquirir a formação específica básica na área pedagógica sem distanciar-se das especificidades da cultura indígena.

O objeto de estudo *formação de professores* foi abordado por Midlin (2003) que enfatiza o uso do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), o qual apresenta princípios e conteúdos de um currículo que os professores indígenas devem aplicar em sala de aula.

Assim como podem ser encontrados diferentes focos de interesses dentre os estudos sobre a formação de professores e relações étnicorracionais na Educação Infantil, o mesmo ocorre com a fundamentação teórica utilizada. Nota-se uma tendência cada vez maior de estudos que consideram não apenas o sujeito em questão, mas também o

contexto cultural da sociedade em que está inserido, destacando a influência deste na formação dos indivíduos.

Nos artigos analisados há um estudo empírico que analisa um grupo específico de criança. Assim como três pesquisas bibliográficas, apresentando reflexões teóricas acerca de propostas e práticas educacionais que subsidiem a formação do professor.

Faz-se necessário desenvolver estudos sobre a formação destes professores, a cultura, a linguagem e os conhecimentos específicos das principais etnias que formam o povo brasileiro, como os afrodescendentes e os indígenas.

### **Considerações Finais**

Esta metodologia de pesquisa permitiu uma visão global da produção do conhecimento sobre formação de professores e relações Etnicorraciais na Educação Infantil.

Diante dos dados conclui-se que questões relacionadas à discriminação racial e educação, tanto no âmbito acadêmico quanto nos demais, ainda é objeto de um número pequeno de publicações, revelando a necessidade de estudos que favoreçam a abertura de espaços para discussões e busca de alternativas para minimizar a discriminação racial e o preconceito nas instituições de ensino.

A temática apresentou um total de 4 artigos, no período de 1990 a 2003, estando 50% concentrada no ano de 2003. Dos nove periódicos oito não apresentaram nenhuma publicação. Nas duas revistas de séries monotêmáticas foram encontrados artigos sobre a temática (um em cada um).

No que se refere aos autores predomina o sexo feminino. Estes autores são professores ou alunos de pós-graduação de instituições públicas, confessionais, fundação ou estrangeira, possuindo uma alta concentração na Região Sudeste.

Os objetos de estudo foram classificados em quatro categorias, tais como: proposta educacional, formação de professores, prática e políticas públicas.

Os autores utilizaram como fundamentação teórica abordagens psicológicas, filosóficas, sociológicas ou sociocultural. Quanto a fundamentação metodológica, encontram-se tanto estudos empíricos quanto pesquisas bibliográficas.

Faz-se necessário estudos que possam dar visibilidade aos processos de estigmatização, seus efeitos e/ou superação, proposições e avaliações de ensino mais inclusivos, assim como formação de professores com ênfase nos aspectos específicos das questões desencadeadas pelas interações etnicorraciais.

## Referências

ALVES, Nilda (org). Formação de professores: pensar e fazer . São Paulo : Cortez, 1996.

AQUINO, Julio Groppa. Diferenças e preconceito na escola.: alternativas teóricas e práticas. 2 ed. São Paulo: Summus, 1998.

AMORIM, K.; PEREIRA, F.; SANTOS, L; PACHECO, L. Artigo sobre Desenvolvimento Humano na Educação Infantil. *In: XXXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia – SBP, Florianópolis/SC, CD-Rom Resumos de Comunicação Científica*, file://F:\html\ESC\esc 69.htm.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.* - Brasília: MEC/SEF, 1998, Volume 1.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.* - Brasília: MEC/SEF, 1998, Volume 2.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.* - Brasília: MEC/SEF, 1998, Volume 3.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 4. ed. São Paulo: Contexto. 2003.

CUNHA JUNIOR, Henrique. A formação de pesquisadores negros: o simbólico e o material nas políticas de ações afirmativas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.** Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. 153-160.

DANTE, Luiz Roberto. *Didática da Matemática na Pré-escola*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Propostas para a formação de professores indígenas no Brasil. *Em Aberto*, v.76, p.34 - 43, 2003.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.80, n.196, setembro/dezembro 1999, p.472-482.

GOMES, Nilma Lino. Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, Juarez. (Org.) *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996. p. 85-92.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi . Experiências e desafios na formação de professores indígenas no Brasil. P. 13-18.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de, (1993). Socialização e recalque: a criança negra no rural. *Cadernos CEDES*, nº 32, p. 49-84

MINDLIN, Betty. Referenciais para a formação de professores indígenas: um livro do MEC como bússola para a escolaridade. *Em Aberto*, Brasília, n. 20, p.148-153.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

PACHECO, L.; TRINDADE, S. . Estado do Conhecimento na Educação Infantil. In: XVII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte Nordeste - EPENN, 2005, Belém. *Anais do XVII EPENN*, 2005.

PAHIM, Regina Pinto. A Escola e a questão da pluralidade étnica. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.108, p.220-231, nov. 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: *Diferenças e Preconceito na escola – alternativas teóricas e práticas*. Julio Groppa Aquino (orgs.) São Paulo; Summus, 1998.

SANTOS, L.; PEREIRA, F.; AMORIM, K.; PACHECO, L. Características das pesquisas sobre gênero na Educação Infantil. In: XXXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia – SBP, Florianópolis/SC, CD-Rom *Resumos de Comunicação Científica*, file://F:\html\ESC\esc 68.htm.

SARMENTO, M. J.. Imaginário e culturas da infância. *Caderno de Educação*, Pelotas, número 21. Julho/dezembro 2003,51-69.

SILVA, Maria Aparecida da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossas escolas*. São Paulo, Summus, 2001.

